

SOCIEDADE, INSTITUIÇÕES E FORMAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE ESPÍRITO DE CLÃ EM OLIVEIRA VIANA

Camila de Jesus Oliveira¹

¹*Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana-SE, Brasil. oliveiracamilaj@gmail.com*

Resumo: Este artigo analisa o conceito de "espírito de clã", desenvolvido por Oliveira Viana em *Populações Meridionais do Brasil*, com o objetivo de compreender sua contribuição para a interpretação da formação política brasileira. Por meio de pesquisa bibliográfica, examina a relação entre organização social, poder e instituições, evidenciando que as formas históricas de sociabilidade influenciaram a constituição da esfera pública e permanecem relevantes para a compreensão das relações entre sociedade, Estado e instituições políticas.

Palavras-chave: Oliveira Viana; Espírito de clã; Formação política brasileira; Pensamento social brasileiro; Instituições políticas.

INTRODUÇÃO

A compreensão da formação social e política brasileira ocupa posição central no pensamento social nacional desde o final do século XIX e, sobretudo, ao longo das primeiras décadas do século XX. Nesse período, diversos intelectuais buscaram interpretar os fatores históricos, econômicos, sociais e culturais responsáveis pela constituição da sociedade brasileira e por suas formas particulares de organização política. Em comum, essas interpretações procuravam responder a uma questão fundamental: de que maneira as características da formação histórica do Brasil influenciaram o desenvolvimento de suas instituições políticas e a consolidação do Estado nacional? Inserido nesse amplo movimento intelectual, Oliveira Viana destacou-se por desenvolver uma interpretação que deslocava o foco da análise das instituições formais para as condições concretas de formação da sociedade brasileira, defendendo que a compreensão da vida política pressupõe, necessariamente, o exame das estruturas sociais que lhe dão sustentação (Viana, 2005).

Essa perspectiva encontra sua formulação mais sistemática em *Populações Meridionais do Brasil*,

obra publicada originalmente em 1920, na qual Oliveira Viana investiga os processos históricos responsáveis pela constituição das populações rurais brasileiras, especialmente aquelas estabelecidas na região Centro-Sul do país. Diferentemente das interpretações que atribuíam centralidade às normas jurídicas ou aos modelos institucionais importados de outras realidades históricas, o autor sustenta que as instituições políticas não podem ser compreendidas de maneira dissociada da organização social sobre a qual se estruturam. Nesse sentido, fatores como a ocupação do território, a formação dos grandes domínios rurais, a dispersão populacional e a limitada presença das instituições públicas assumem papel decisivo em sua interpretação acerca da formação política brasileira (Viana, 2005).

Ao desenvolver essa perspectiva, Oliveira Viana afasta-se de análises que explicam o funcionamento das instituições exclusivamente a partir de sua organização normativa. Para o autor, as formas de exercício da autoridade, os vínculos de solidariedade e as práticas políticas resultam de processos históricos específicos, constituídos ao longo da formação da sociedade brasileira (Teixeira, 2023). Assim, compreender a política exige investigar as

formas de sociabilidade produzidas no interior dessa organização social, uma vez que elas condicionam a maneira pela qual os indivíduos estabelecem relações com o poder público, com as instituições e com a própria ideia de vida coletiva. Em sua interpretação, as estruturas sociais antecedem e influenciam a conformação das instituições, razão pela qual o estudo da sociedade constitui etapa indispensável para a compreensão do Estado (Viana, 2005).

Entre as categorias elaboradas por Oliveira Viana para explicar esse processo destaca-se o conceito de **"espírito de clã"**, considerado um dos elementos centrais de sua interpretação da formação política brasileira. Segundo o autor, esse fenômeno desenvolveu-se no contexto da sociedade rural como consequência da concentração da autoridade nos grandes proprietários de terra e da fragilidade dos mecanismos públicos de proteção e administração. Nessas circunstâncias, consolidaram-se relações de dependência, fidelidade e proteção organizadas em torno dos chefes locais, fazendo com que os vínculos pessoais assumissem funções que, em outras formações sociais, seriam desempenhadas predominantemente pelas instituições públicas (Fontana, 2024).

Mais do que representar uma característica cultural ou psicológica da população brasileira, o espírito de clã constitui, na interpretação de Oliveira Viana, uma categoria analítica voltada à compreensão das formas historicamente construídas de sociabilidade. Conforme observam Fontana e Ferezin (2016), o conceito sintetiza um padrão de organização social marcado pela predominância das relações pessoais, do compadrio e das lealdades privadas sobre princípios impessoais característicos da esfera pública.

Desse modo, o espírito de clã permite compreender como determinadas formas de organização social influenciaram o funcionamento das instituições políticas, evidenciando que a constituição da vida pública brasileira não pode ser analisada apenas sob a perspectiva jurídico-institucional, mas também a partir das relações sociais historicamente estabelecidas.

Embora formulada no contexto intelectual das primeiras décadas do século XX, a interpretação desenvolvida por Oliveira Viana permanece relevante no âmbito do pensamento social brasileiro. A permanência de debates acerca das relações entre

sociedade, Estado e instituições evidencia que a compreensão dos processos históricos de formação política continua constituindo importante objeto de investigação nas Ciências Sociais.

Em um cenário caracterizado por intensas transformações sociais, econômicas, tecnológicas e institucionais, torna-se particularmente relevante revisitar interpretações clássicas que buscaram explicar as bases sociais do funcionamento das instituições. Nesse sentido, o estudo do conceito de espírito de clã possibilita refletir sobre como padrões históricos de sociabilidade podem contribuir para a compreensão das relações entre organização social, exercício do poder e funcionamento institucional, oferecendo elementos analíticos para o debate acerca dos desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas em contextos de mudança.

A literatura dedicada ao pensamento de Oliveira Viana tem enfatizado diferentes aspectos de sua obra, incluindo sua interpretação da formação nacional, suas concepções sobre Estado, representação política e organização institucional. Entretanto, o conceito de espírito de clã, embora frequentemente mencionado como elemento característico de sua produção intelectual, nem sempre recebe tratamento específico enquanto categoria explicativa da articulação entre formação social e formação política. A análise desta categoria mostra-se relevante porque permite compreender a lógica interna da interpretação desenvolvida pelo autor, evidenciando como as formas de sociabilidade constituídas no interior da sociedade rural brasileira são mobilizadas para explicar o funcionamento das instituições políticas e a construção da esfera pública.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar o conceito de **"espírito de clã"** desenvolvido por Oliveira Viana em *Populações Meridionais do Brasil*, buscando compreender sua contribuição como categoria interpretativa da formação política brasileira. Para alcançar esse objetivo, realiza-se uma análise bibliográfica da obra, examinando a relação estabelecida pelo autor entre a constituição dos clãs rurais, os vínculos de solidariedade e dependência pessoal e os desafios envolvidos na consolidação de instituições políticas orientadas por princípios impessoais.

Ao revisitar essa categoria analítica, pretende-se contribuir para a compreensão das relações entre sociedade, Estado e instituições, ressaltando a

permanência do pensamento de Oliveira Viana como referência para a reflexão sobre a formação política brasileira.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, tendo como principal fonte de análise a obra *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana, publicada originalmente em 1920. A escolha desse procedimento metodológico justifica-se pelo caráter teórico da investigação, voltada à compreensão do conceito de "**espírito de clã**" e de sua contribuição para a interpretação da formação política brasileira.

A análise foi desenvolvida por meio de leitura analítica da obra, buscando identificar como o autor constrói o conceito de espírito de clã e o relaciona à organização da sociedade rural, às formas de solidariedade, aos vínculos de dependência pessoal e ao funcionamento das instituições políticas. Complementarmente, foram consultados estudos especializados sobre o pensamento de Oliveira Viana, utilizados para contextualizar sua produção intelectual e subsidiar a discussão dos resultados.

Foi utilizada a ferramenta ChatGPT (OpenAI) exclusivamente para apoio à revisão da redação, melhoria da clareza textual e redução de redundâncias. A ferramenta não foi utilizada para geração dos resultados da pesquisa, análise dos dados ou elaboração das conclusões, permanecendo a responsabilidade integral pelo conteúdo sob a autora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de *Populações Meridionais do Brasil* demonstra que a interpretação desenvolvida por Oliveira Viana acerca da formação política brasileira parte de um pressuposto fundamental: a compreensão das instituições políticas exige, previamente, o entendimento das estruturas sociais responsáveis por sua constituição. Em oposição às interpretações que privilegiavam a análise das normas jurídicas ou dos modelos institucionais como elementos suficientes para explicar o funcionamento do Estado, o autor sustenta que a organização política de uma sociedade resulta de um processo histórico no qual as formas de sociabilidade exercem influência decisiva sobre a consolidação das instituições. Dessa maneira, o exame da formação da sociedade brasileira antecede,

em sua obra, qualquer reflexão acerca da organização política nacional.

Inserida entre as interpretações clássicas do pensamento social brasileiro produzidas nas primeiras décadas do século XX, *Populações Meridionais do Brasil* representa o esforço de compreender as especificidades históricas que caracterizaram a formação da sociedade brasileira. Para Oliveira Viana (2005), a organização política do país não poderia ser explicada apenas pela adoção de constituições, leis ou modelos administrativos inspirados em experiências estrangeiras. Tornava-se necessário investigar os processos sociais que moldaram a convivência entre os indivíduos, as formas de exercício da autoridade e os mecanismos de integração coletiva. Nessa perspectiva, a formação do Estado brasileiro aparece como consequência das características assumidas pela própria organização da sociedade ao longo de seu desenvolvimento histórico.

Essa preocupação conduz o autor ao estudo das populações rurais do Centro-Sul brasileiro, consideradas por ele como expressão privilegiada das condições sociais responsáveis pela conformação da vida política nacional. Oliveira Viana dedica especial atenção ao chamado **matuto**, tipo social cuja formação estaria diretamente relacionada ao desenvolvimento dos grandes domínios rurais e às relações estabelecidas em torno dessas propriedades. Seu interesse, entretanto, ultrapassa a descrição das populações agrárias. O objetivo consiste em compreender como as condições materiais de ocupação do território brasileiro favoreceram o desenvolvimento de formas particulares de sociabilidade que, posteriormente, exerceriam influência sobre a organização das instituições políticas.

Nesse contexto, o grande domínio rural ocupa posição central na interpretação do autor. Longe de representar apenas uma unidade de produção agrícola ou uma forma de concentração fundiária, o latifúndio é compreendido como espaço de organização econômica, social e política. Em torno dele desenvolveram-se relações de autoridade, proteção, dependência e pertencimento que estruturavam grande parte da vida coletiva. Conforme observa Viana (2005), a propriedade rural assumia funções que extrapolavam a esfera produtiva, desempenhando atividades administrativas, jurídicas e de proteção normalmente atribuídas às instituições públicas em



sociedades onde o Estado se encontrava mais consolidado.

Essa configuração relaciona-se diretamente às condições históricas da ocupação territorial brasileira. A dispersão populacional, as grandes distâncias entre os núcleos habitados e a reduzida presença dos aparelhos administrativos dificultavam a atuação efetiva do poder público em amplas regiões do território. Como consequência, diversas funções essenciais à organização da vida cotidiana passaram a ser exercidas pelos grandes proprietários rurais, fortalecendo sua autoridade e ampliando sua influência sobre os indivíduos que viviam sob sua proteção.

O senhor de terras deixou, assim, de representar apenas o proprietário dos meios de produção para assumir a condição de principal referência política e social das comunidades locais. Sua liderança fundamentava-se tanto na concentração de recursos econômicos quanto na capacidade de oferecer proteção, solucionar conflitos, intermediar relações sociais e garantir segurança diante da limitada atuação das instituições estatais.

Segundo Fontana e Ferezin (2016), essa organização social constitui um dos principais elementos da interpretação elaborada por Oliveira Viana acerca da formação do espírito de clã. O fortalecimento da autoridade privada permitiu a construção de relações permanentes de dependência e fidelidade que estruturavam os vínculos sociais no interior dos grandes domínios. A coesão desses agrupamentos decorria menos da existência de normas impessoais do que da reciprocidade estabelecida entre proteção e lealdade, fazendo da figura do chefe local o principal elemento organizador da vida coletiva.

A fragilidade das instituições públicas desempenha, nesse processo, papel decisivo. Para Oliveira Viana (2005), as dificuldades de acesso aos mecanismos administrativos e jurídicos faziam com que os indivíduos recorressem aos grandes proprietários sempre que necessitavam de proteção ou mediação de conflitos.

Em consequência, funções que poderiam ser exercidas pelo Estado passaram a ser absorvidas pelas lideranças rurais, consolidando uma organização social baseada na autoridade privada. É nesse ambiente que se desenvolve o **clã rural**,

entendido como uma forma específica de agrupamento estruturada em torno das relações pessoais estabelecidas entre o chefe local e os indivíduos submetidos à sua influência.

Diferentemente das associações orientadas por princípios abstratos ou interesses coletivos amplos, o clã organizava-se a partir da convivência cotidiana, da fidelidade ao chefe e da proteção oferecida pelo proprietário. Sua coesão não resultava da observância de normas impessoais, mas da permanência de vínculos pessoais construídos ao longo da experiência histórica da sociedade rural.

Como consequência, desenvolveu-se uma forma particular de solidariedade social restrita aos limites do próprio grupo. Segundo Viana (2005), embora os vínculos estabelecidos entre os integrantes do clã fossem intensos, permaneciam circunscritos ao espaço das relações de pertencimento imediato, dificultando a constituição de formas mais amplas de cooperação voltadas ao interesse coletivo.

Essa interpretação é sintetizada pelo autor ao afirmar que, fora da solidariedade existente no interior do clã rural, não se desenvolveu uma necessidade efetiva de organização coletiva orientada para a defesa de interesses comuns. Em sua perspectiva, as condições históricas da formação brasileira não estimularam a construção de formas abrangentes de solidariedade social, favorecendo a predominância de relações pessoais organizadas em torno das lideranças locais (Viana, 2005).

A passagem evidencia que o clã rural não constitui, para Oliveira Viana, uma característica inerente à sociedade brasileira, mas o resultado das condições históricas produzidas pela combinação entre concentração fundiária, dispersão populacional, reduzida atuação estatal e fortalecimento da autoridade privada.

É precisamente a partir dessa experiência histórica que Oliveira Viana formula o conceito de **espírito de clã**. Enquanto o clã rural corresponde à estrutura concreta de organização desenvolvida nos grandes domínios, o espírito de clã representa a permanência dos valores, comportamentos e formas de sociabilidade produzidos nesse contexto. Trata-se, portanto, de uma categoria interpretativa voltada à compreensão de como determinados padrões históricos de organização social ultrapassam seu

ambiente de origem e passam a influenciar a constituição da vida política e o funcionamento das instituições.

A formulação desse conceito representa um dos principais aportes teóricos de Oliveira Viana ao pensamento social brasileiro. Conforme demonstra a análise da obra, o espírito de clã não pode ser reduzido a uma simples relação de parentesco ou a uma forma específica de organização familiar. Trata-se de um padrão de sociabilidade constituído historicamente, caracterizado pela predominância dos vínculos pessoais, da fidelidade aos chefes locais e da solidariedade restrita aos grupos de pertencimento. Essas relações, segundo o autor, não decorrem de predisposições naturais da população brasileira, mas das circunstâncias em que se desenvolveu a sociedade rural. Em um ambiente marcado pela limitada atuação do Estado e pela centralidade exercida pelos grandes proprietários, a proteção oferecida pelos chefes locais tornou-se o principal mecanismo de garantia da segurança e da estabilidade social, consolidando formas de convivência fundamentadas na confiança depositada em indivíduos e não em instituições impessoais (Viana, 2005).

Ao examinar esse processo, Oliveira Viana sustenta que a sociedade brasileira desenvolveu apenas as formas de solidariedade consideradas indispensáveis às condições históricas de sua formação. Em consequência, instituições voltadas à representação de interesses coletivos, como partidos, associações, sindicatos e demais organizações da esfera pública, encontraram dificuldades para consolidar vínculos sociais comparáveis àqueles estabelecidos no interior dos clãs rurais. Essa interpretação é sintetizada pelo autor ao afirmar:

"Em síntese: o povo brasileiro só organiza aquela espécie de solidariedade, que lhe era estritamente necessária e útil – a solidariedade do clã rural em torno do grande senhor de terras. Todas essas outras formas de solidariedade social e política – os 'partidos', as 'seitas', as 'corporações', os 'sindicatos', as 'associações', por um lado; por outro, a 'comuna', a 'província', a 'Nação' – são, entre nós, ou meras entidades artificiais e exógenas, ou simples aspirações doutrinárias, sem realidade efetiva na psicologia subconsciente do povo" (Viana, 2005).

A passagem evidencia que, para Oliveira Viana, a efetividade das instituições depende da existência de formas de sociabilidade compatíveis com os princípios que elas procuram representar. A simples criação de estruturas formais inspiradas em modelos estrangeiros não seria suficiente para modificar práticas sociais historicamente consolidadas, uma vez que o funcionamento das instituições encontra limites nas formas de organização da própria sociedade. Nessa perspectiva, o autor desloca o debate político para além das reformas constitucionais ou administrativas, defendendo que a compreensão da vida pública exige investigar os processos históricos responsáveis pela formação das relações sociais.

Os resultados da presente pesquisa, portanto, demonstram que uma das principais características do espírito de clã consiste na predominância das lealdades pessoais sobre vínculos orientados por normas abstratas e impessoais.

A confiança, a cooperação e a obediência dirigem-se prioritariamente aos indivíduos que exercem autoridade dentro dos grupos locais, e não às instituições responsáveis pela administração da vida pública. Como consequência, a figura do chefe rural assume posição central na mediação das relações sociais, tornando-se referência para a solução de conflitos, para a proteção dos indivíduos e para a organização da vida coletiva. Essa dinâmica fortalece relações de proximidade e reciprocidade, mas restringe o desenvolvimento de mecanismos de cooperação voltados ao conjunto da sociedade.

É nesse ponto que o conceito de espírito de clã adquire maior relevância para a interpretação da formação política brasileira. Ao sustentar que os padrões de comportamento produzidos no interior dos grandes domínios rurais ultrapassaram os limites do mundo agrário, Oliveira Viana procura explicar como determinadas formas de sociabilidade continuaram influenciando a organização da vida política.

A lógica da fidelidade ao chefe, da valorização das relações pessoais e da defesa dos interesses do grupo projeta-se sobre diferentes espaços de atuação política, condicionando a maneira pela qual indivíduos e grupos passam a se relacionar com as instituições do Estado. O problema identificado pelo autor não reside, portanto, na existência dos agrupamentos locais em si, mas na dificuldade de

constituição de formas de solidariedade capazes de superar os limites impostos pelas relações de pertencimento imediato.

Essa perspectiva também fundamenta a crítica de Oliveira Viana à fragilidade das associações civis e políticas no Brasil. Em sua interpretação, a predominância das relações pessoais dificultou o desenvolvimento de organizações sustentadas por princípios impessoais, favorecendo uma sociedade na qual a proximidade com lideranças locais assumia maior importância do que a participação em instituições coletivas.

A dificuldade de consolidação de uma solidariedade orientada pelo interesse público decorreria, assim, da permanência dos padrões de sociabilidade produzidos durante a formação da sociedade rural. O conceito de espírito de clã sintetiza esse processo ao demonstrar que a organização política não pode ser compreendida isoladamente das relações sociais que historicamente lhe deram sustentação.

Essa interpretação constitui uma das principais contribuições de Oliveira Viana para o pensamento político brasileiro. Ao deslocar sua análise das normas jurídicas para as condições históricas de constituição da sociedade, o autor sustenta que o funcionamento das instituições depende das formas de sociabilidade, dos padrões de autoridade e dos vínculos de solidariedade desenvolvidos ao longo da formação nacional. Sob essa perspectiva, a simples adoção de modelos institucionais inspirados em experiências estrangeiras não seria suficiente para promover mudanças profundas na organização política brasileira, pois instituições transplantadas para contextos sociais distintos dificilmente alcançariam pleno funcionamento quando desconsiderassem as especificidades históricas da sociedade em que seriam implantadas (Viana, 2005).

É possível observar que essa interpretação estabelece pontos de aproximação com debates posteriores desenvolvidos no âmbito do pensamento político e social brasileiro. Embora elaborados em tradições teóricas distintas, conceitos como personalismo, clientelismo e patrimonialismo compartilham a preocupação em compreender de que maneira as relações entre interesses privados e estruturas públicas influenciam a organização do Estado e o funcionamento das instituições. No caso do personalismo, a aproximação decorre da centralidade

atribuída às lideranças individuais na organização da vida política.

O espírito de clã fortalece relações de confiança direcionadas aos chefes locais, fazendo com que a autoridade seja percebida prioritariamente como atributo de indivíduos, e não como expressão das instituições. Da mesma forma, a lógica de proteção e reciprocidade desenvolvida no interior dos clãs rurais aproxima-se das interpretações sobre clientelismo ao evidenciar relações políticas estruturadas pela troca de favores, benefícios e apoio entre lideranças e grupos sociais. Também é possível identificar convergências com os estudos acerca do patrimonialismo, especialmente no que se refere à dificuldade de separação entre interesses privados e funções públicas.

Essas aproximações, entretanto, não autorizam afirmar uma continuidade direta entre o contexto histórico descrito por Oliveira Viana e a realidade política contemporânea. A contribuição do conceito de espírito de clã não reside na formulação de uma explicação determinista acerca da permanência de determinados comportamentos políticos, mas na demonstração de que as instituições não se desenvolvem de maneira autônoma em relação à sociedade. Sua principal contribuição consiste em evidenciar que processos históricos de formação social exercem influência sobre a constituição da esfera pública, condicionando a forma como indivíduos, grupos sociais e instituições estabelecem suas relações ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, embora a obra de Oliveira Viana esteja vinculada ao contexto intelectual das primeiras décadas do século XX e deva ser analisada à luz das circunstâncias históricas em que foi produzida, sua reflexão permanece relevante para o estudo da formação política brasileira. Ao articular sociedade, Estado e instituições em uma mesma interpretação, o autor oferece uma categoria analítica que continua contribuindo para a compreensão das relações entre organização social e vida política.

Em um contexto marcado por intensas transformações sociais, econômicas e institucionais, revisitar interpretações clássicas da formação nacional permite ampliar o debate acerca das permanências e mudanças que caracterizam a organização da sociedade brasileira, evidenciando que a compreensão das instituições exige considerar,

simultaneamente, seus fundamentos históricos e as formas de sociabilidade que lhes dão sustentação.

CONCLUSÃO

A análise do conceito de "**espírito de clã**" evidencia que Oliveira Viana atribui à formação histórica da sociedade brasileira papel decisivo na compreensão do funcionamento das instituições políticas. Em sua interpretação, as relações de dependência pessoal, a autoridade exercida pelos grandes proprietários rurais e a solidariedade restrita aos grupos locais constituíram elementos centrais na conformação de padrões de sociabilidade que influenciaram a organização da vida política nacional.

Verificou-se que o conceito de espírito de clã ultrapassa a descrição da organização social rural e assume a condição de categoria analítica para explicar a predominância de vínculos pessoais sobre princípios impessoais na constituição das instituições. Dessa forma, a principal contribuição de Oliveira Viana consiste em demonstrar que a compreensão da política brasileira exige considerar não apenas os aspectos jurídico-institucionais, mas também os processos históricos e sociais que lhes dão sustentação.

Nesse sentido, embora elaborada no contexto intelectual do início do século XX, essa interpretação permanece relevante para o campo do pensamento social brasileiro ao oferecer elementos para a reflexão sobre as relações entre sociedade, Estado e instituições. Em um cenário marcado por constantes transformações sociais, compreender os processos históricos que influenciaram a formação política brasileira contribui para ampliar o debate acerca dos desafios enfrentados pelas instituições diante das mudanças que caracterizam a sociedade contemporânea.

Conclui-se, portanto, que o conceito de espírito de clã permanece como uma importante categoria interpretativa da formação política brasileira, ao evidenciar a influência das formas históricas de sociabilidade na organização da esfera pública e no funcionamento das instituições políticas.

REFERÊNCIAS

FONTANA, F. A noção de corporativismo em Oliveira Vianna. **REVISTA DELOS**, [S. l.], v. 17, n. 59, p. e1783, 2024. DOI: 10.55905/rdelosv17.n59-006. Disponível em: <https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/1783>. Acesso em: 22 jul. 2026.

FONTANA, F.; FERREZIN, C. C. W. As contribuições de Oliveira Vianna para a análise da formação dos partidos políticos no Brasil. **Revista Aurora**, [S. l.], v. 9, n. 01, 25 nov. 2016.

FONTANA, Felipe; WRBIETA FERREZIN, Carla Cristina. Os limites da democracia no Brasil: A leitura de Oliveira Vianna sobre a formação do Brasil revista pelas problematizações de Adrián Gurza Lavalle acerca da esfera e da vida pública brasileira. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 72–96, 2014. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/19>. Acesso em: 6 jul. 2026.

TEIXEIRA, Melissa. Em busca de um New Deal Brasileiro: Oliveira Vianna e as fontes transnacionais da experiência do corporativismo no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 184, n. 493, p. 234–270, 2023. DOI: [10.23927/revihgb.v.184.n.493.2023.76](https://doi.org/10.23927/revihgb.v.184.n.493.2023.76). Disponível em: <https://rihgb.emnuvens.com.br/revista/article/view/76>. Acesso em: 22 jul. 2026.

VIANA, F. J. de O. Populações Meridionais do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 424 p. (Edições do Senado Federal, 27).